



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

30ª Câmara de Direito Privado

*Apelação nº 0010754-77.2003.8.26.0363 - Mogi-Mirim - Fórum
de Mogi Mirim*

Registro: 2013.0000006795

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0010754-77.2003.8.26.0363, da Comarca de Mogi-Mirim, em que é apelante MOACIR ROCHA DA SILVA (JUSTIÇA GRATUITA), são apelados TIAGO FERREIRA MATOS (JUSTIÇA GRATUITA), FERNANDO FERREIRA MATOS (JUSTIÇA GRATUITA), DANILO FERREIRA MATOS (MENOR(ES) ASSISTIDO(S)) e JOSÉ SOUZA MATOS (JUSTIÇA GRATUITA).

ACORDAM, em 30ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Não conheceram o agravo retido e negaram provimento ao recurso de apelação, com observações.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores ANDRADE NETO (Presidente sem voto), LINO MACHADO E MARCOS RAMOS.

São Paulo, 16 de janeiro de 2013.

Orlando Pistoresi

RELATOR

Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

30ª Câmara de Direito Privado

*Apelação nº 0010754-77.2003.8.26.0363 - Mogi-Mirim - Fórum
de Mogi Mirim*

Voto nº 23.595

Apelante: Moacir Rocha da Silva

Apelados: Tiago Ferreira Matos, Fernando Ferreira Matos e Danilo Ferreira
Matos (representado por seu pai)

Juíza de Direito: Flávia Beatriz Gonçalves da Silva

Acidente de veículo - Morte da vítima - Condenação do réu
no Juízo Criminal - Dano moral - Reparação no cível -
Fixação - Moderação - Observância - Ressarcimento
proporcional ao agravo.

A reparação pelos danos morais constitui justificável
resposta à violação configurada devendo ser mensurada com
moderação.

Indenização - Fixação em salários mínimos -
Impossibilidade.

Impõe-se unicamente adequar o valor reparatório de modo a
fazer respeitar a proibição de utilizar o salário mínimo como
parâmetro, constante do artigo 7º, inciso IV, da Constituição
Federal.

Agravo retido não conhecido e recurso de apelação
improvido, com observação.

Trata-se de recurso de apelação interposto contra a
sentença de fls. 147/149, de relatório adotado e que julgou procedente o
pedido da “ação de indenização de danos morais decorrentes de acidente
de trânsito”, proposta por Tiago Ferreira Matos, Fernando Ferreira Matos e
Danilo Ferreira Matos, representado por seu pai José de Souza Matos, em
face de Moacir Rocha da Silva, condenado o réu no pagamento da quantia
correspondente a 300 (trezentos) salários mínimos vigentes à data do
pagamento, a título de indenização por dano moral, além das custas
processuais e verba honorária advocatícia do patrono dos autores arbitrada
em 10% do valor da condenação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

30ª Câmara de Direito Privado

*Apelação nº 0010754-77.2003.8.26.0363 - Mogi-Mirim - Fórum
de Mogi Mirim*

Sustenta o apelante que a responsabilidade civil não pode ser confundida com a criminal e o fato de ter sido condenado em processo criminal não quer dizer que deva também ser condenado no Juízo Cível. Aduz que não foi o causador do acidente de trânsito noticiado, pois a conduta da própria vítima deu azo ao acidente. Subsidiariamente, alega que o parâmetro para fixação do dano moral deve ser entre 05 (cinco) e 100 (cem) salários mínimos em analogia ao Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei nº 4.117 de 28.08.1962). Assevera que o pedido deve ser rejeitado, posto que os apelados sequer justificaram na inicial para qual fim se destinaria a indenização pelo dano moral. Ademais, a condenação arbitrada na sentença recorrida ocasionará enriquecimento ilícito dos autores, devendo ser fixada em 10 salários mínimos, tendo em vista suas condições socioeconômicas, tudo a justificar o provimento do recurso e a inversão do julgado (fls. 154/159).

Recurso tempestivo e respondido com pedido de condenação do apelante nas penas pela litigância de má-fé (fls. 251/253), sem anotação de preparo em razão de o apelante ser beneficiário da Justiça Gratuita (fls. 247), manifestando-se a douta Procuradoria Geral de Justiça pelo improvimento do recurso (fls. 260/266), anotando-se agravo retido às fls.231/235.

É o relatório.

Não se conhece do agravo retido de fls. 231/235, porquanto não reiterado em contrarrazões de apelação.

No mais, o recurso descomporta provimento.

Diante da culpa do apelante na eclosão do evento danoso e reconhecida no Juízo Criminal (fls. 95/101) resulta impossível o afastamento do dano moral em razão do atropelamento e morte da vítima.

E, malgrado não ter sido realizada a perícia determinada pelo digno magistrado (fls. 187 e 247), inexistente qualquer prova nos autos de que o réu era incapaz à época dos fatos ou quando da citação, devendo sua responsabilidade como causador do dano ser reconhecida.

Houve, efetivamente, ofensa a bem juridicamente tutelado, de caráter extrapatrimonial.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

30ª Câmara de Direito Privado

Apelação nº 0010754-77.2003.8.26.0363 - Mogi-Mirim - Fórum

de Mogi Mirim

Na lição de Maria Celina Bodin de Moraes, quando os atos ilícitos ferem direitos da personalidade, como a liberdade, a honra, a integridade física, a atividade profissional, a reputação, as manifestações culturais e intelectuais, a própria violação causa danos morais *in re ipsa*, decorrente de uma presunção *hominis* (Danos à Pessoa Humana - uma leitura civil-constitucional dos danos morais, Renovar, Rio de Janeiro, 2003, pp. 157/159).

É possível imaginar o sofrimento pelo qual passaram os autores, filhos da vítima, em virtude do infausto acidente.

Com relação aos danos morais, a reparação respectiva constitui justificável resposta à violação configurada devendo ser mensurada com moderação.

Indenizar o dano moral é uma forma de compensar o sofrimento de dor e sentimento de perda da vítima, inibindo, ao mesmo tempo, o causador do dano, de modo a evitar que venha ele a provocar novos danos. E do acidente sofrido é indubitoso que foram causados danos morais, pelo abalo causado ao autor e de forma irreversível, representando a compensação econômica único meio para compensar o dano.

E "na ausência de um padrão e de uma contraprestação correspectivo da mágoa, o que prevalece é o critério de atribuir ao juiz o arbitramento da indenização" (Caio Mário da Silva Pereira, "Responsabilidade Civil", Forense, 7ª edição, p. 318).

Com efeito, "o dano moral, se não é, verdadeiramente, dano suscetível de fixação pecuniária equivalência, tem-se de reparar equitativamente" (Pontes de Miranda, Tratado de Direito Privado, T. 54, § 5.536, n. 1, p. 61). "O importante é a par do princípio da reparabilidade, admitir o da indenizabilidade, para que, como assinalam os autores, não fique a lesão moral sem recomposição, nem impune aquele que por ela é responsável, fatores, ambos, que seriam de perpetuação de desequilíbrios sócio-jurídicos" (R. Limongi França, "Reparação do Dano Moral", *in* RT 631/35).

Assim, "Resta, para a Justiça, a penosa tarefa de dosar a indenização, porquanto haverá de ser feita em dinheiro, para compensar uma lesão que, por sua própria natureza, não se mede pelos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

30ª Câmara de Direito Privado

*Apelação nº 0010754-77.2003.8.26.0363 - Mogi-Mirim - Fórum
de Mogi Mirim*

padrões monetários. O problema haverá de ser solucionado dentro do princípio do prudente arbítrio do julgador, sem parâmetros apriorísticos e à luz das peculiaridades de cada caso, principalmente em função do nível sócio econômico dos litigantes e da maior ou menor gravidade da lesão" (Humberto Theodoro Júnior, "Alguns Impactos da Nova Ordem Constitucional sobre o Direito Civil", *in* RT/662/9).

Fixados esses parâmetros, e considerando-se o desconforto e sofrimento experimentados pelos autores, tendo em vista, por outro lado, o critério de proporcionalidade e razoabilidade do *quantum*, atendidas as condições do ofensor, do ofendido e do bem jurídico lesado, mostra-se razoável, nesse caso, manter-se o parâmetro fixado na sentença com apenas uma ressalva, impondo-se unicamente adequar o valor reparatório de modo a fazer respeitar a proibição de utilizar o salário mínimo como parâmetro, constante do artigo 7º, inciso IV, da Constituição Federal, razão pela qual fica o montante respectivo fixado em R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais).

Anote-se que, referida quantia deverá ser corrigida monetariamente a partir da data da sentença (Súmula 362 do STJ - "A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento"), incidindo juros moratórios de 1% ao mês na forma do artigo 406 do Código Civil, contados a partir da data do evento danoso (Súmula 54 do STJ - "Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso em caso de responsabilidade extracontratual").

Por fim, não se entrevê, na hipótese, litigância de má-fé configurada e que pudesse justificar a reclamada imposição de penalidade ao apelante.

Pelo exposto, não se conhece do agravo retido e nega-se provimento ao recurso de apelação, com observação.

Orlando Pistoiresi
Relator
Assinatura Eletrônica